



SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 17.643.407/0001-30

Mensagem da diretoria: A Sancor Seguros do Brasil S.A., teve início de sua operação no Brasil em 2013, e continuamos focados em nossas principais características: a busca constante pela inovação, trabalho em equipe e atuação em novas linhas de negócios, sem perder o nosso principal objetivo, que é agregar valor aos nossos Segurados, Corretores e Parceiros Comerciais através de produtos e serviços de alta qualidade. Além desses aspectos, a Administração vem trabalhando fortemente na otimização de custos fixos e maximização dos resultados operacionais das nossas principais linhas de negócios para atingir os compromissos estratégicos e financeiros com nossos parceiros e acionistas, mas não perdendo de vista a qualidade na satisfação dos clientes. No exercício de 2022, retomamos nossa estratégia de crescimento comercial, e tivemos um aumento de 17% no volume de prêmios emitidos, se comparado com 2021 (8% de redução em 2021, se comparado com 2020). Os principais crescimentos foram nos grupos de Ramos de Automóvel e Rural com 43% de crescimento. No exercício de 2022 nós atingimos R\$ 435,4 milhões em prêmios emitidos, além disso, continuamos com elevado grau de satisfação de nossos segurados em relação à qualidade de atendimento e dos nossos produtos e serviços. Nesse exercício tivemos menores impactos no resultado operacional pelas indenizações de sinistros causadas pela pandemia COVID-19 (impacto no seguro de Pessoas), onde os sinistros dessa natureza apresentaram redução superior à 90%. Também tivemos impactos significativos de sinistros no seguro rural, oriundos dos eventos de seca/sesilagem que castigaram algumas regiões do Brasil em 2022. Ao longo do exercício de 2022 efetuamos o pagamento de R\$ 400,5 milhões de indenizações (desses R\$ 246,7 milhões do seguro rural). Esse alto volume e, expressivas cifras, só puderam ser pagas através de aprimoramentos nos processos de gestão da regulação de sinistros e sofisticada gestão do fluxo financeiro. Nesse momento delicado de pandemia e de severos eventos climáticos que vivemos, o seguro passa a ser, ainda mais, um fundamental instrumento para fomentação da economia nacional, dando a necessária estabilidade econômica para a sociedade. Clientes desta função social, estamos trabalhando fortemente para mitigar os riscos causados pela pandemia e atender todos os nossos parceiros de forma tempestiva e satisfatória em momentos delicados que o mundo está vivendo. Enceramos o exercício com um caixa livre R\$ 77,3 milhões (R\$ 50,5 milhões em 2021) e uma liquidez de R\$ 33,4 milhões (R\$ 9,4 milhões em 2021) em relação ao capital mínimo requerido, demonstrando sua solidez na estrutura de Regulação para continuar

operando com sustentabilidade no mercado nacional mesmo em momentos atípicos na economia e de riscos catastróficos. Tal solidez está solidificada com apoio de nossos acionistas que possuem vasta experiência, nacional e internacional, no mercado financeiro e segurador. Por fim, queremos agradecer os senhores acionistas, resseguradores, corretores, clientes e segurados pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, as autoridades da SUSEP e demais ligadas às nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho durante as jornadas de trabalho neste exercício. **Desempenho:** No exercício de 2022, tivemos uma redução significativa de nossos prejuízos, que foi de R\$ 91,3 milhões em 2021, e de R\$ 13,0 milhões em 2022. Os prêmios emitidos no valor de R\$ 435,4 milhões, com crescimento de 17% se comparados à 2021 (R\$ 371,5 milhões). Destacamos o ganho de eficiência que tivemos com as nossas despesas administrativas, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com redução nominal de R\$ 3,0 milhões, mesmo com um exercício onde os índices de inflação ficaram acima da média. No que tange a solvência, apesar dos impactos causados pelos eventos climáticos (pandemia e eventos climáticos no seguro rural), a Seguradora apresentou excesso de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no montante de R\$ 33,4 milhões demonstrando o comprometimento da Companhia com a solidez das operações. A administração tem implementado programas de melhoria contínua em processos e controles de subscrição, gestão de risco, eficiência operacional, regulação e pagamento de sinistros, bem como reforçando e, capacitando a estrutura organizacional e sistêmica. Apresentamos melhorias significativas na eficiência administrativa, em 2022 nossas despesas administrativas representaram 11,8% do prêmio ganho, ante 14,9% no exercício de 2021. A administração vem empreendendo esforços na redução da sinistralidade, através de parcerias estratégicas com corretores e resseguradoras, e melhorias nas políticas de subscrição, gestão de riscos e dos sinistros. A Seguradora como gestor e equilíbrio das suas carteiras, possui contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, através dos quais protegemos os riscos de determinadas operações. Devido à essa característica do modelo de negócio efetuamos a análise da nossa sinistralidade de maneira líquida, ou seja, analisamos o indicador considerando o volume de recuperação de sinistros, repasses de prêmios e comissões recebidas. Abaixo apresentamos a sinistralidade com base nessa metodologia:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022
(+) Prêmios ganhos	331.827	407.193	397.782	344.685	410.528
(-) Repasse de prêmios aos resseguradores	(155.733)	(214.385)	(178.574)	(121.189)	(174.190)
(+) Prêmio Ganho Líquido	176.094	192.808	219.208	223.496	236.338
(+) Comissões de resseguro	42.407	53.642	32.172	26.076	29.481
(-) Receita líquida	218.501	246.450	251.200	249.571	265.819
(-) Sinistros incorridos	(315.679)	(391.874)	(450.126)	(328.532)	(403.162)
(+) Recuperação de sinistros	191.676	253.801	294.319	125.876	253.787
(-) Sinistros líquidos	(124.003)	(138.073)	(155.807)	(202.656)	(149.375)
Sinistralidade líquida	56,75%	56,02%	62,03%	81,20%	56,19%

de 2022, R\$ 425,8 milhões (R\$ 412,0 milhões em 2021). O valor a ser coberto por Ativos Vinculados à SUSEP é de R\$ 189,4 milhões (R\$ 195,4 milhões em 2021), considerando ajustes redutores no valor de R\$ 236,4 milhões (R\$ 216,6 milhões em 2021), relativos aos Ativos Redutores da Necessidade de Cobertura. Assim, a Companhia mantém investimentos em títulos públicos e privados vinculados à SUSEP para cobertura de Provisões Técnicas no montante de R\$ 266,7 milhões (R\$ 245,9 milhões em 31 de dezembro de 2021), com excesso de 29,0% em 31 de dezembro de 2022 (20,5% em 2021). **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram R\$ 29,6 milhões (R\$ 12,1 milhões em 2021), reflexo da elevação da taxa básica de juros. Nossas despesas financeiras apresentaram redução, totalizando R\$ 2,3 milhões (R\$ 2,5 milhões em 2021). Em consequência, tivemos uma melhora no resultado financeiro de R\$ 17,7 milhões (aumento de 184%). **Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. Em função dos resultados, não há expectativa de distribuição de dividendos relativos ao exercício a findo em 31 de dezembro de 2022. **Recursos Humanos:** A Sancor Seguros do Brasil S.A. sabe que está no quadro de colaboradores o seu grande diferencial, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento. **Responsabilidade Social:** A Companhia tem como cultura corporativa a preocupação com sustentabilidade e responsabilidade social e visa ultrapassar os limites dos bons resultados do seu negócio, mas também gerar resultados positivos e sustentáveis para a sociedade e qual faz parte. Desde 2015 a Companhia aderiu à Rede Brasileira do Pacto Global, onde reafirmamos o nosso compromisso com os 10 princípios universalmente aceitos para promover o desenvolvimento sustentável nas áreas de Direitos Humanos, Normas Laborais, Meio Ambiente e Luta contra a Corrupção. Ao longo do exercício de 2022 a Seguradora efetuou o pagamento de sinistros no montante de R\$ 400,5 milhões (R\$ 260,7 milhões no mesmo período de 2021), cumprindo com a função social da seguradora de proteger as conquistas e o patrimônio de nossos segurados. Já com relação ao volume de comissões pagas em 2022 atingimos o valor de R\$ 81,7 milhões ante R\$ 92,0 milhões em 2021.

Maringá, 24 de fevereiro de 2023

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		634.731	560.931
Caixa e bancos	6	468	8.477
Aplicações	7	266.894	247.680
Créditos das operações com seguros e resseguros		135.497	92.932
Prêmios a receber	8.1	79.473	69.384
Operações com resseguradoras	8.5	56.024	23.548
Outros créditos operacionais		6.252	4.055
Ativos de resseguro e retrocessão		9.173.425	159.315
Títulos e créditos a receber		10.960	7.306
Títulos e créditos a receber	9.742	6.032	
Créditos tributários e previdenciários	9.6	65	
Outros créditos	1.152	1.209	
Outros valores e bens		10.178.242	2.423
Bens a venda	10.1	1.782	2.423
Despesas antecipadas		897	420
Custo de aquisição diferidos		11.38.556	38.323
Seguros	11.1	38.556	38.323
Ativo não circulante		57.906	62.198
Realizável a longo prazo		30.009	29.451
Custo de aquisição diferidos		30.009	29.451
Seguros	11.1	30.009	29.451
Investimentos	11.2	474	337
Adiantamento para aquisição de Investimentos		474	337
Imobilizado		12.2.1.952	3.020
Bens móveis	1.2	1.722	2.608
Outras imobilizações	2.30	412	
Intangível		12.3.25.471	29.390
Outros intangíveis	12.3	25.471	29.390
Total do ativo		692.637	623.129

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Nota	2022	2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Prêmios emitidos	19.1	435.395	371.477
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(24.867)	(26.792)
(+) Prêmios ganhos	19.3	410.528	344.685
(-) Receita com emissão de apólices	19.5	(92.204)	(80.595)
(-) Sinistros ocorridos	19.4	(403.162)	(328.532)
(+) Custos de aquisição	19.5	(92.204)	(80.595)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19.6	(6.176)	(5.163)
(+) Resultado com resseguro		110.305	26.074
(+) Receita com resseguro	19.7	253.787	125.876
(-) Despesa com resseguro	19.7	(143.482)	(99.802)
(-) Despesas administrativas	19.8	(48.533)	(51.510)
(-) Despesa com tributos	19.9	(11.099)	(5.892)
(-) Resultado financeiro	19.10	27.307	9.628
(-) Resultado operacional		(13.034)	(91.305)
(-) Prejuízo		(13.034)	(91.305)
(i) Média ponderada de ações		385.078	321.238
(-) Prejuízo por ação		(0,03)	(0,28)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Nota	2022	2021
Em milhares de reais			
Prejuízo do exercício		(13.034)	(91.305)
Resultado abrangente do exercício		(13.034)	(91.305)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
	275.711	29.868	(214.388)	91.191
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Aumento de capital:				
Portaria SUSEP Nº 34	3.14	16.597	(16.597)	-
AGE de 25/02/2021	3.14	-	19.286	19.286
Portaria SUSEP Nº 43	3.14	13.271	(13.271)	-
AGE de 29/03/2021	3.14	-	2.800	2.800
AGE de 31/05/2021	3.14	-	11.560	11.560
Portaria SUSEP Nº 167	3.14	19.286	(19.286)	-
AGE de 25/09/2021	3.14	-	26.200	26.200
AGE de 29/10/2021	3.14	-	4.000	4.000
AGE de 31/08/2021	3.14	-	8.300	8.300
Portaria SUSEP Nº 400	3.14	2.800	(2.800)	-
Portaria SUSEP Nº 413	3.14	11.560	(11.560)	-
AGE de 30/09/2021	3.14	-	4.400	4.400
AGE de 27/10/2021	3.14	-	6.332	6.332
Portaria SUSEP Nº 467	3.14	26.200	(26.200)	-
AGE de 29/11/2021	3.14	-	2.595	2.595
Portaria SUSEP Nº 524	3.14	4.000	(4.000)	-
Portaria SUSEP Nº 545	3.14	8.300	(8.300)	-
AGE de 29/12/2021	3.14	-	1.882	1.882
Prejuízo do exercício			(91.305)	(91.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		377.725	15.209	(305.693)
Aumento de capital:				
Portaria SUSEP Nº 580	3.14	4.400	(4.400)	-
AGE de 31/01/2022	3.14	-	9.500	9.500
AGE de 30/03/2022	3.14	-	9.016	9.016
AGE de 25/04/2022	3.14	-	4.135	4.135
Portaria SUSEP Nº 708	3.14	6.332	(6.332)	-
Portaria SUSEP Nº 717	3.14	2.595	(2.595)	-
Portaria SUSEP Nº 740	3.14	1.882	(1.882)	-
Portaria SUSEP Nº 784	3.14	9.500	(9.500)	-
Portaria SUSEP Nº 897	3.14	9.016	(9.016)	-
Portaria SUSEP Nº 9	3.14	4.135	(4.135)	-
Prejuízo do exercício			(13.034)	(13.034)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		415.585	(318.727)	96.858

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: A Sancor Seguros do Brasil S.A. (doravante "Seguradora" ou "Companhia") foi constituída em 6 de setembro de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP no 5.031, de 20 de dezembro de 2012, iniciando suas operações em março de 2013. A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. Duque de Caxias, 882, Zona 07, Bloco 02, 5º Andar, Maringá, Estado do Paraná - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Seguradora são exercidos pela Sancor Seguros Participações S.A., sociedade constituída e existente no Brasil, com sede em Brasília, DF. A Sancor Seguros Participações S.A. detém 100% do capital social da Seguradora e pertence ao Grupo argentino Sancor Seguros Internacional e sua controladora em última instância é a Sancor Cooperativa de Seguros Ltda., sediada em Sunchales na Argentina. A Seguradora tem por objeto social operar e explorar seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: Automóveis; Patrimonial; Pessoas Coletivo; Pessoas Individual; Rural. A propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) vem impactando vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais Companhia está sujeita, alguns podem ser mensurados e outros não. O impacto no setor de turismo, em geral, reduziu as expectativas de emissões de prêmios do ramo de Seguro Viagem, em 2020 e 2021, em cerca de 95%, sendo que nos demais ramos ainda não sofreram impactos significativos. O exercício de 2022 ainda apresentou certos impactos na nossa operação, porém em volume consideravelmente reduzido em comparação aos dois exercícios anteriores. Não identificamos impactos nos indicadores de inadimplência durante o período da pandemia. Ao longo de 2021 tivemos um volume expressivo de sinistros da linha de negócios de Pessoas decorrentes de mortes por complicações associadas ao Coronavírus, no exercício de 2022 tivemos uma redução superior à 90% nesses casos. Para o exercício de 2023, a administração espera que não tenhamos impactos significativos de sinistros associados às complicações do Coronavírus. No início de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar de grande escala e está envolvida num conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo anunciaram sanções a certas empresas russas. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com o intuito de punir empresas estrangeiras. Essas medidas e sanções, não causaram efeitos diretos à nossa Companhia. A administração da Companhia vem monitorando os efeitos decorrentes do conflito para avaliar possíveis impactos, atuais e futuros, à nossa operação. A administração vem empreendendo esforços na redução dos custos de aquisição e sinistralidade, através de parcerias estratégicas com corretores e resseguradoras, e melhorias nas políticas de subscrição, gestão de riscos e dos sinistros. Nos últimos exercícios, efetuamos um robusto plano de redução de despesas administrativas, e esperamos que em 2023 os volumes se estabilizem. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Seguradora em reunião realizada dia 15 de fevereiro de 2023. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo regulador e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. **2.1 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor:** As seguintes normas novas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements" para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço patrimonial, não tivesse cumprido com índice previstos em cláusulas restritivas (ex. *covenants*), mesmo que a mensuração contábil do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atendimento e índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. *Current covenants* com os quais a entidade se compromete a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - "Divulgação de Políticas Contábeis":** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materials" ao invés de políticas contábeis "significant". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso a sejam, que não devem obscurecer as

informações contábeis relevantes. Para apoiar essa alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **"IFRS 17 - Contrato de Seguros":** em maio de 2017 o IASB emitiu a IFRS 17 - "Contratos de Seguros, norma que substitui a atual IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 1 - Contratos de Seguros), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração ("BBA - Business Block Approach"); (ii) modelo de taxa variável ("VFA - Variable Fee Approach"); (iii) abordagem de alocação de prêmio ("PPA - Premium Allocation Approach"). Os modelos "i" e "ii" são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo "iii" é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros aplicáveis a contratos não onerosos e de curto prazo de alta liquidez, com exceção de certos aspectos. A administração da Seguradora está em processo de avaliação. Esperamos um impacto relevante na apresentação das demonstrações financeiras. Até o momento não é possível avaliar os impactos. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Seguradora é o Real, também utilizada na apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão documentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente nos períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.2 Ativos financeiros:** As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e normas específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN), os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de sua negociação, em categorias específicas: (i) **Classificação:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. (ii) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. (iii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. No exercício a Seguradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. (iv) **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, compreenderam caixa e equivalentes de caixa, a conta prêmios a receber de clientes e a conta de créditos de resseguro. (v) **Reconhecimento e mensuração:** As compras e



SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 17.643.407/0001-30



→ continuação		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
<p>otenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 19.286, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 305.579 para R\$ 324.865, conforme decisão do acionista em AGE de 25 de fevereiro de 2021. No dia 26 de setembro de 2021, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 400, foi aprovada a emissão de 2.800.000 (dois milhões e oitocentas mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 2.800, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 324.865 para R\$ 327.665, conforme decisão do acionista em AGE de 29 de março de 2021. No dia 29 de setembro de 2021, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 413, foi aprovada a emissão de 11.560.000 (onze milhões e quinhentas e sessenta mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 11.560, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 339.225, conforme decisão do acionista em AGE de 31 de maio de 2021. No dia 03 de novembro de 2021, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 467, foi aprovada a emissão de 26.200.000 (vinte e seis milhões e duzentas mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 26.200, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 339.225 para R\$ 365.425, conforme decisão do acionista em AGE de 31 de maio de 2021. No dia 30 de novembro de 2021, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 524, foi aprovada a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 4.000, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 369.425 para R\$ 369.425, conforme decisão do acionista em AGE de 29 de julho de 2021. No dia 19 de dezembro de 2021, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 545, foi aprovada a emissão de 8.300.000 (oito milhões e trezentas mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 8.300, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 369.425 para R\$ 377.725, conforme decisão do acionista em AGE de 31 de agosto de 2021. No dia 06 de janeiro de 2022, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 580, foi aprovada a emissão de 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentas mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 4.400, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 377.725 para R\$ 382.125, conforme decisão do acionista em AGE de 30 de setembro de 2021. No dia 25 de abril de 2022, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 706, foi aprovada a emissão de 6.332.000 (seis milhões e trezentas e trinta e duas mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 6.332, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 382.125 para R\$ 388.457, conforme decisão do acionista em AGE de 27 de outubro de 2021. No dia 02 de maio de 2022, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 717, foi aprovada a emissão de 2.595.000 (dois milhões e quinhentas e noventa e cinco mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 2.595, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 388.457 para R\$ 391.052, conforme decisão do acionista em AGE de 29 de novembro de 2021. No dia 19 de maio de 2022, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 740, foi aprovada a emissão de 1.892.208 (um milhão, oitocentas e oitenta e duas mil, oitocentas e oito) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.892, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 391.052 para R\$ 392.934, conforme decisão do acionista em AGE de 28 de dezembro de 2021. No dia 13 de junho de 2022, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 784, foi aprovada a emissão de 9.500.000 (nove milhões e quinhentas mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 9.500, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 393.934 para R\$ 402.434, conforme decisão do acionista em AGE de 31 de janeiro de 2022. No dia 22 de agosto de 2022, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 897, foi aprovada a emissão de 9.015.701 (nove milhões, quinze mil e setecentas e uma mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 9.016, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 402.434 para R\$ 411.450, conforme decisão do acionista em AGE de 30 de março de 2022. No dia 29 de agosto de 2022, através da Portaria CGRAJ/USEP nº 922, foi aprovada a emissão de 4.135.000 (quatro milhões e cento e trinta e cinco mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 4.135, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 411.450 para R\$ 415.585, conforme decisão do acionista em AGE de 25 de abril de 2022. 3.14 Apuração de resultado: 3.1.1 Apuração de receita e despesas: O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: (i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proposto no período de vigência do risco; (ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas outros resseguradores, pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com fatramento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. 3.1.4.1.2 Recitas de juros: As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são difididos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. 3.1.5 Resseguro: Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela gerência de resseguros da Seguradora. No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradores, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso. Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os assinadores pela gerência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subsídio/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice. 3.1.6 Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados pela Administração: (i) Preparação das demonstrações financeiras: (i) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados para sinistros são ajustados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos contratos de seguro. A Seguradora divulga análises de sensibilidade sobre gerenciamento de risco de Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B) - 7.983 - 7.983 7.973 3% Debêntures - 5.052 15.197 20.249 20.050 8% Valor justo por meio do resultado 135.932 9.741 92.989 238.662 238.643 89% Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - - - 30.011 30.062 11% Recibos de Depósitos Bancários (RDB) - - - 62.978 62.978 24% Títulos de renda fixa - RDC - - - - - 0% Letra Financeira - - 9.741 - 9.741 4% Quotas de fundos de investimentos 135.932 - - 135.932 135.862 51% Total 135.932 22.776 108.186 266.894 266.666 100%</p>			



SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 17.643.407/0001-30



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisões técnicas - Seguros: 17.1 Provisões técnicas:

	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Passivo				
Autômed				
Patrimonial				
Pessoas				
Responsabilidades				
Rural				
Total				

17.2 Desenvolvimento de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos de resseguro, comparada com as correspondentes estimativas dos anos anteriores. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais. Apresentamos o desenvolvimento dos sinistros também de forma agregada (judiciais e não judiciais) que apresentam conjuntamente uma falta acumulada de 35% em relação a 2013, uma sobre de -12% em relação a 2014, uma falta de 0% em relação a 2015, uma falta de 10% em relação a 2016, uma falta de 13% em relação a 2017, uma falta de 20% em 2018, uma falta de 26% em 2019, uma falta de 6% em 2020 e uma falta de 42% em 2021. Essas faltas ocorreram principalmente em agro na colheita da soja no primeiro trimestre de cada ano.

17.3 Movimentação das provisões técnicas:

	2022		2021	
	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar
Saldo em 31 de dezembro de 2020	189.581	97.824	189.581	97.824
Constituições	63.077	62.424	63.077	62.424
Reversões	(36.967)	(29.977)	(36.967)	(29.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	215.791	130.071	215.791	130.071
Constituições	89.274	140.688	89.274	140.688
Reversões	(63.724)	(166.546)	(63.724)	(166.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	241.341	104.213	241.341	104.213

17.4 Sinistros judiciais

	2022		2021	
	Quantidade	Valor reclamado	Quantidade	Valor provisionado
Relacionados a sinistros				
Perda provável	74	7.903	74	8.721
Perda possível	193	19.777	193	8.381
Perda remota	216	14.152	216	3.621
Total	483	39.432	483	20.723

17.5 Sinistros não judiciais

	2022		2021	
	Quantidade	Valor reclamado	Quantidade	Valor provisionado
Relacionados a sinistros				
Perda provável	91	11.715	91	10.951
Perda possível	214	16.686	214	8.516
Perda remota	169	9.570	169	2.141
Total	474	37.971	474	21.608

17.6 Sinistros ocorridos - índice de sinistralidade %:

	2022		2021	
	Sinistros brutos	Sinistros líquidos das operações de resseguros	Sinistros brutos	Sinistros líquidos das operações de resseguros
Auto-móvel	(50.561) 80%	(42.739) 82%	(50.977) 82%	(42.538) 82%
Patrimonial	(29.344) 73%	(26.307) 69%	(21.032) 74%	(18.023) 73%
Pessoas	(62.750) 86%	(149.711) 107%	(53.775) 43%	(133.510) 99%
Responsabilidades	(545) 86%	(164) 27%	(545) 86%	(154) 25%
Rural	(259.962) 152%	(109.611) 97%	(23.046) 117%	(8.431) 74%
Total	(403.162) 98%	(328.532) 95%	(149.375) 63%	(202.656) 91%

17.7 Custos de aquisição - índice de comercialização %:

	2022		2021	
	Agenciamento e corretagem	Variação das despesas diferidas	Custos de aquisição	Líquido de resseguro
Auto-móvel	(10.437)	710	(9.727)	15%
Patrimonial	(12.120)	1.397	(10.723)	27%
Pessoas	(46.060)	(2.076)	(48.136)	35%
Responsabilidades	(182)	25	(157)	25%
Rural	(23.148)	(313)	(23.461)	14%
Total	(91.947)	(257)	(92.204)	22%

17.8 Custos de aquisição - índice de comercialização %:

	2022		2021	
	Agenciamento e corretagem	Variação das despesas diferidas	Custos de aquisição	Líquido de resseguro
Auto-móvel	(8.456)	(563)	(9.019)	17%
Patrimonial	(10.569)	(225)	(10.795)	28%
Pessoas	(56.086)	12.050	(44.036)	31%
Responsabilidades	(146)	(14)	(160)	26%
Rural	(18.925)	2.340	(16.585)	15%
Total	(94.182)	13.587	(80.595)	23%

17.9 Resultado com resseguro:

	2022		2021	
	Receita com resseguro	Despesa com resseguro	Receita com resseguro	Despesa com resseguro
Auto-móvel	33.366	9.374	33.366	9.374
Patrimonial	10.549	1.846	10.549	1.846
Pessoas	136.212	140.541	136.212	140.541
Responsabilidades	632	618	632	618
Rural	170.686	113.095	170.686	113.095
Total	410.528	344.685	410.528	344.685

18. Imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Alíquota nominal - % (i)	25	15	25	15
Alíquota efetiva - % (ii)	3,077	1,846	116	3,259
Multas indutivas	(12)	(64)	(7)	(33)
Redução ao valor recuperável	(51)	(30)	(228)	(146)
Brindes e eventos	(3.111)	(1.867)	127	81
Imposto diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social apurados	(3.111)	(1.867)	127	81

19. Despesas administrativas:

	2022		2021	
	Despesa com pessoal próprio	Despesa com serviço de terceiros	Despesa com localização e funcionamento	Despesa com propaganda e publicidade
Despesa com pessoal próprio	(24.841)	(24.837)	(9.809)	(6.700)
Despesa com serviço de terceiros	(9.809)	(6.700)	(11.845)	(17.769)
Despesa com localização e funcionamento	(11.845)	(17.769)	(1.521)	(293)
Despesa com propaganda e publicidade	(1.521)	(293)	(17)	(54)
Despesa com publicações	(17)	(54)	-	-
Despesa com donativos	-	-	-	-
Despesas administrativas diversas	(383)	(1.285)	-	-
Total	(48.533)	(61.510)	(12.152)	(18.816)

19.9 Despesas com tributos:

	2022		2021	
	PIS e COFINS	Impostos Federais	Impostos Estaduais	Impostos Municipais
PIS e COFINS	(6.750)	(4.010)	(566)	(90)
Impostos Federais	(566)	(90)	(95)	(41)
Impostos Estaduais	(95)	(41)	(20)	(48)
Impostos Municipais	(20)	(48)	(3.455)	(1.702)
Taxa de fiscalização	(213)	(1)	-	-
Total	(7.644)	(5.179)	(3.641)	(2.191)

19.10 Resultado financeiro:

	2022		2021	
	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Receitas financeiras	2.649	4.882	24.984	6.101
Receitas com títulos renda fixa públicos	883	684	1.954	454
Receitas com operações de seguros	2.649	4.882	24.984	6.101
Receitas com títulos renda fixa privados	883	684	1.954	454
Receitas com operações de seguros	2.649	4.882	24.984	6.101
Outras receitas financeiras	1.954	454	1.954	454
Total	(2.263)	(2.493)	27.307	9.628

20. Imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Alíquota nominal - % (i)	25	15	25	15
Alíquota efetiva - % (ii)	3,077	1,846	116	3,259
Multas indutivas	(12)	(64)	(7)	(33)
Redução ao valor recuperável	(51)	(30)	(228)	(146)
Brindes e eventos	(3.111)	(1.867)	127	81
Imposto diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social apurados	(3.111)	(1.867)	127	81

21. Transações com partes relacionadas:

(a) Transações com pessoal-chave: As transações com pessoal-chave da administração referem-se a valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme abaixo:

	2022	2021
Honorários de diretoria e encargos	6.036	4.022
Total	6.036	4.022

(b) Transações e saldos: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. Os principais transações são: (i) Emissões de apólices de seguro dos ramos patrimoniais, vida e prestamistas; (ii) Pagamento de comissão por corretagem de seguros; e (iii) Saldo de mútuo financeiro.

(c) Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Ativo		
Prêmios a receber	6	44
Central das Cooperativas de Crédito Unicoob	20	10
Cooperativa de Crédito Sicoob Metropolitano	27	14
Cooperativa de Crédito Sicoob Vale Sul	-	-
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - Sicoob Três Fronteiras	4	5
Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil - Sicoob Unicoob Meridional	4	3
Sicoob Ouro Verde	-	-
Cooperativa de Crédito de Cascavel e Região - Sicoob Credipal	7	8
Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança	5	5
Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança	5	4
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Arenito	7	6
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Marechal Cândido Rondon e Região - Sicoob Confiança	1	1
Cooperativa de Crédito Integrado - Sicoob Integrado	18	7
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste	1	1
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste	1	1
Total	105	109

(d) Passivo

	2022	2021
Corretoras de seguro e resseguro	94	34
Unicoob Corretora de Seguros Ltda.	94	34
Total	94	34

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/2BB4-9D75-2D56-2806> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2BB4-9D75-2D56-2806



Hash do Documento

EEF1EAA42577996D0481DC2288BA151E39BFA0933E058997906BB53C837B94A3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2023 é(são) :

angelo Lugoboni - 061.612.029-05 em 28/02/2023 09:37 UTC-03:00

Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis

Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59

